

ANEXO

2018

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	Associação de Desenvolvimento de Nogueira da Regedoura
Morada	Rua Senhora da Hora, 100
Código postal	4500-766
Localidade	Nogueira da Regedoura

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	504449834
Classificação de actividade económica (CAE)	88990
Conservatória	Santa Maria da Feira
Capital social	0

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



ÍNDICE DO ANEXO

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO	4
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	4
3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA	4
4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	4
5 - FLUXOS DE CAIXA	8
6 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS.....	8
7 - PARTES RELACIONADAS	8
8 - ATIVOS INTANGÍVEIS	9
9 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	9
11 - LOCAÇÕES.....	10
12 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS	10
13 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	11
14 - IMPARIDADE DE ATIVOS.....	11
15 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS.....	11
16 - CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS.....	11
17 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO.....	11
18 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS.....	11
19 - AGRICULTURA.....	11
20 - INVENTÁRIOS.....	11
21 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO.....	11
22 - RÉDITO.....	11
23 - CLIENTES.....	12
24 - FORNECEDORES E OUTROS DEVEDORES E CREDORES.....	12
25 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	13
26 - RESULTADOS FINANCEIROS.....	13
27 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	14
28 - GASTOS COM PESSOAL.....	15
29 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	15
30 - OUTROS GASTOS E PERDAS.....	16
31 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	16
32 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS	16
32 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	16
33 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO.....	16



34 - MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	16
35 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	17
36 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	17
37 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	17
38 - EVENTOS SUBSEQUENTES	17
39 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	17
40 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	17

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



Associação de Desenvolvimento de Nogueira da Regedoura

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

1 - Identificação da entidade e período de relato

- 1.1 Designação da entidade: Associação de Desenvolvimento de Nogueira da Regedoura
1.2 Sede: Nogueira da Regedoura
1.3 Natureza da atividade:
1.4 Período das demonstrações financeiras: Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovado pela Portaria 105/2011, de 14 de Março, nº 51 – Série I.

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior

3 - Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) - ESNL ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009).

4 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

4.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de Associação de Desenvolvimento de Nogueira da Regedoura são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RÚBRICAS	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

4.4. Ativos intangíveis

A entidade não detém ativos intangíveis.

4.5. Investimentos financeiros

A entidade não detém investimentos financeiros.

4.6. Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável tributável. No entanto, por se tratar de uma entidade do setor não lucrativo, apresenta também rendimentos isentos de tributação em matéria de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4.7. Inventários

A entidade não detém inventários.

4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

4.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém de investimentos disponíveis para venda.

4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

4.13. Fundos Patrimoniais

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



Esta rubrica é composta pelo histórico de resultados da Associação de Desenvolvimento de Nogueira da Regedoura, visto que a mesma não distribui resultados.

4.14. Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

4.17. Locações

A entidade não detém locações e não tem previsões de o fazer.

4.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

4.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.

4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4.21. Donativos

Os donativos são registados pelo valor recebido em meios monetários ou pelo justo valor se o donativo for em espécie. No ano em causa, não foram recebidos donativos em espécie.

5 - Fluxos de caixa

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/18	31/dez/17
Caixa	151	308
Depósitos à ordem	-	1 365
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
Total	151	1 672

6 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

6.1 – As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.

6.2 – As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.

6.3 – Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

6.4 – Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

7 - Partes relacionadas

7.1 - Relacionamentos com empresas-mãe:

Nome da empresa-mãe:

7.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão:

7.3 - Transações entre partes relacionadas:

No período em análise, verificam-se com sociedades do Grupo a que pertence, as seguintes ocorrências, em euros:

ENTIDADE RELACIONADA	Transações		Saldos pendentes	
	Alienações	Aquisições	Devedor	Credor

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

Não existem ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes.

8 - Ativos intangíveis

Não aplicável.

9 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2018 e 2017:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2018				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	1/jan/18	Deprec.	Transf.	Revaloriz.	31/dez/18
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	1 369	16 497	(17 413)	-	453
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	1 369	16 497	(17 413)	-	453
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	(782)	782	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	(134)	134	-	-
Total de depreciações acumuladas	-	(916)	916	-	-
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	1 369	15 581	(16 497)	-	453

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2017				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	1/jan/17	Deprec.	Transf.	Revaloriz.	31/dez/17
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	2 101	1 369	(2 101)	-	1 369
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	2 101	1 369	(2 101)	-	1 369
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	(67)	67	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	(654)	654	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	(768)	768	-	-
Total de depreciações acumuladas	-	(1 489)	1 489	-	-
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	2 101	(120)	(612)	-	1 369

10 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas

Não aplicável.

11 - Locações

Não aplicável.

12 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está descrito como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/dez/18		31/dez/17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Descobertos bancários	-	16 476	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
Total	-	16 476	-	-

O descoberto bancário evidenciado está relacionado com um cheque no valor de 20.876,08 euros que se encontrava em trânsito a 31/Dezembro/2018. Ou seja, registado na contabilidade, por ter sido entregue ao seu beneficiário, mas ainda não tinha sido movimentado pelo mesmo.

13 - Propriedades de investimento

Não aplicável.

14 - Imparidade de ativos

Não aplicável.

15 - Interesses em empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

Não aplicável.

16 - Concentrações de atividades empresariais

Não aplicável.

17 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

Não aplicável.

18 - Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

19 - Agricultura

Não aplicável.

20 - Inventários

Não aplicável.

21 - Contratos de construção

Não aplicável.

22 - Rédito

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2018 e 2017

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	31/dez/18	31/dez/17
Vendas de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	7 666	9 631
Total:	7 666	9 631

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	31/dez/18	31/dez/17
Nacional	7 666	9 631
União Europeia	-	-
Países Terceiros	-	-
Total:	7 666	9 631

23 - Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2018 e 2017 apresenta a seguinte decomposição:


CLIENTES	31/dez/18	31/dez/17
Clientes conta corrente	1 630	2 794
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
Total	1 630	2 794
Adiantamentos de Clientes	-	-

24 - Fornecedores e outros devedores e credores


O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2018 e 2017 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/18	31/dez/17
Fornecedores conta corrente	-	-
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
Total	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DIVIDAS A PAGAR	31/dez/18	31/dez/17
A RECEBER	97 773	2 056
Fornecedores - Devedores	-	-
Devedores de remunerações a pagar	-	-
Devedores de outras contas de pessoal	-	-
Devedores por adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores de fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos de fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	94 717	-
Outros devedores	3 056	2 056
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
A PAGAR	(27 950)	(10 141)
Clientes - Credores	-	-
Remunerações a pagar	(0)	(2 242)
Outras contas de pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	(3 625)	-
Disponibilidades negativas	(16 476)	-
Outros credores	(7 849)	(7 899)
Total	69 823	(8 085)

25 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/18	31/dez/17
Ativo	0	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(3 900)	(1 429)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(2 223)	(73)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(44)	(84)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(855)	(401)
Segurança social	(778)	(870)
Outros impostos e taxas	-	-
Total	(3 900)	(1 429)

26 - Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2018 e 2017:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/18	31/dez/17
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	-	-

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



27 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2018 e 2017:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/18	31/dez/17
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	3 310	3 770
Trabalhos especializados	20	116
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e segurança	-	-
Honorários	3 290	3 654
Comissões	-	-
Conservação e reparação	-	-
Outros	-	-
Materiais	2 884	1 661
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 426	393
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	15	-
Artigos para oferta	-	40
Outros	1 443	1 228
Energia e fluidos	37	173
Eletricidade	-	-
Combustíveis	-	-
Água	-	-
Outros	37	173
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Deslocações e estadas	-	-
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	38 788	14 206
Rendas e alugueres	80	66
Comunicação	527	372
Seguros	67	7
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	-	-
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	1 645	1 461
Outros serviços	36 469	12 300
Total	45 019	19 810

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



28 - Gastos com pessoal

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2018 e 2017

GASTOS COM PESSOAL	31/dez/18	31/dez/17
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	(14 840)	(17 730)
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	(2 954)	(3 577)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(229)	(175)
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	-	-
Total	(18 022)	(21 482)

REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO PESSOAL AREAS-CHAVE	31/dez/18	
	Órgãos	Supervisão
	Administração	Direção
Total de remunerações		
Total de benefícios a curto prazo		
Total benefícios pós-emprego		
Total de outros benefícios a longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Benefícios de remuneração em capital próprio		
Gastos de ação social		
Outros gastos com o pessoal		
Total	-	-
N. de Trabalhadores		

29 - Outros Rendimentos e Ganhos

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2018 e 2017:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/18	31/dez/17
Rendimentos suplementares	17 371	16 138
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos	-	-
Total	17 371	16 138

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



30 - Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2018 e 2017:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/18	31/dez/17
Impostos	575	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	3 625	-
Donativos	-	-
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	307	-
Outros gastos e perdas não especificados	-	-
Total	4 507	-

31 - Gastos / Reversões de depreciação e amortização

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2018 e 2017:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31/dez/18	31/dez/17
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	(916)	(1 489)
Ativos intangíveis	-	-
Reversões	-	-
Total	(916)	(1 489)

32 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2018 e 2017:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/18	31/dez/17
Subsídios do Estado e outros entes públicos	46 266	-
Subsídios de outras entidades	3 653	19 902
Total	49 919	19 902

32 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

33 - Acontecimentos após a data do balanço

Não aplicável.

34 - Matérias ambientais

Não aplicável.

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado



35 - Instrumentos financeiros

Não aplicável.

36 - Benefícios dos empregados

Não aplicável.

37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

38 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas..

39 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

40 - Informações exigidas por diplomas legais


A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2018, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2018.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

